

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia das Associações da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio. As Atas de Reuniões em o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associações da SPDM e Parecer da Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2018. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2017	2016			2017	2016	
ATIVO			PASSIVO		Receitas		
Ativo Circulante	319.833.807,79	145.744.335,59	Passivo Circulante	318.633.556,57	144.885.427,82	Receitas Operacionais com Restrições -	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.486.107,69	430.935,13	Fornecedores (notas 3.8)	5.530.373,20	5.241.319,28	Receitas Brutas com Restrições de Serviços com Restrições	
Bancos conta movimento (nota 3.1)	3,00	60.805,41	Serviços de terceiros			Prefeitura Municipal de São José dos Campos (nota 5.1)	169.946.741,69
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	1.486.104,69	370.129,72	Pessoa Física/Jurídica (notas 3.9)	9.163.697,38	8.283.881,99	Outras Receitas (nota 5.2)	134.324,01
Contas a Receber	315.978.204,11	142.159.130,60	Salários a pagar (notas 3.10)	4.372.179,42	4.547.992,32	Financeiras	59.496,32
Valores a Receber - Prefeitura Municipal			Contribuições a recolher (notas 3.11)	1.549.292,51	1.629.792,31	Desconto Recebidos	15.584,74
São José Campos (nota 3.3.1)	272.444.994,26	107.774.676,57	Provisão de férias (notas 3.12)	9.213.776,04	9.529.717,97	Doações Recebidas (nota 5.3)	57.325,02
Valores em Negociação -			Provisão de FGTS sobre férias (notas 3.12)	736.914,79	762.265,97	Isenção usufruída - INSS	
Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	18.825.735,93	13.533.343,08	Estimativa de Rescisão			Serviços Próprios (nota 5.5.1)	22.527.373,26
Estimativa de Rescisão			Contratual (notas 3.13)	27.880.005,54	20.851.110,95	Isenção usufruída - INSS	
Contratual (nota 3.3.3)	24.707.473,92	20.851.110,95	Impostos a recolher (notas 3.14)	1.348.933,21	1.326.385,46	Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	2.336.111,39
Outros Créditos	983.131,13	1.383.400,04	Obrigações Tributárias (notas 3.15)	209.106,29	186.776,30	Isenção usufruída - COFINS (nota 5.5.3)	5.098.402,22
Antecipações salariais (nota 3.4.1)	16.168,92	21.417,78	Empréstimo a funcionário			Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	127.604,67
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	536.864,47	538.698,63	Lei 10.820/03 (nota 3.16)	258.318,31	189.062,09	(-) Receita Líquida com Restrições	200.302.963,32
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	7.656,04	432.824,91	Acordo Trabalhista a Pagar (notas 3.17)	41.071,85	5.707,16	(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (Nota 5.4)	168.715.748,50
Depósito judicial (nota 3.4.4)	311.859,81	362.305,14	Convênios Públicos			(-) Serviços - Pessoal Próprio	86.115.574,27
Adiantamentos (nota 3.4.5)	110.581,89	28.153,57	a Realizar (notas 3.18)	257.443.214,91	91.398.366,97	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	27.022.259,64
Despesas Pagas Antecipadamente	9.677,19	8.647,99	Outras Contas a Pagar (notas 3.19)	891.273,98	925.183,62	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	11.680.557,04
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	9.677,19	8.647,99	Materiais de Terceiros			(-) Manutenção e Conservação	828.806,86
Estoque Materiais	1.376.687,62	1.762.221,83	em nosso poder (nota 3.20)	417,22	7.865,43	(-) Mercadorias	20.768.583,46
Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	1.376.687,62	1.762.221,83	Passivo não Circulante			(-) Trabalhos Voluntários	22.608.963,46
Ativo não Circulante	5.653.373,03	6.303.479,11	Provisão de Despesa	627.327,00	627.327,00	(-) Tributos	621,76
Ativo Imobilizado -			Processos Cíveis (nota 4.1)	627.327,00	627.327,00	(-) Isenção usufruída -	
Bens de Terceiros (nota 3.7)	5.653.373,03	6.303.479,11	Provisão de Despesa Processos			INSS Serviços Próprios (nota 5.5.1)	19.844.333,86
Bens Móveis (nota 3.7.1)	18.494.512,75	17.979.815,08	Trabalhistas (nota 4.2)	567.924,22	231.580,77	(-) Isenção usufruída -	
Ajuste vida útil - bens terceiros - Hospital Carvalho Florencio	(12.841.139,72)	(11.676.335,97)	Obrigações - Bens			INSS Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	2.336.111,39
Total do Ativo	325.487.180,82	152.047.814,70	Móveis de terceiros (nota 4.3)	18.494.512,75	17.979.815,08	(-) Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	118.989,22
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 e 2016			Ajuste vida útil econômica - Bens	(12.841.139,72)	(11.676.335,97)	Bruto com Restrições	31.587.214,82
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.825, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Características da Unidade Gerenciada: O HMJCF - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio compreende suas atividades como um Pronto Socorro. Em 1978 foi inaugurado, inicialmente, como Pronto Socorro Dr. Carlini Rossi, sendo que as internações e cirurgias eram realizadas na Santa Casa de São José dos Campos. Os demais serviços/áreas foram sendo construídas e inauguradas aos poucos. Em 25 de julho de 2006 foi firmado contrato entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no HMJCF. O HMJCF tem por objetivo prestar assistência à saúde da população com excelência, dentro dos princípios do SUS, com profissionais qualificados e comprometidos, com custos socialmente compatíveis, difundindo o conhecimento na área da saúde e criando condições para o desenvolvimento de pesquisa e aprimoramento dos profissionais. Dentre seus valores está a humanização, a ética e a transparência, a qualidade no atendimento, o compromisso, a capacitação e a educação e a responsabilidade social. Abaixo seguem datas relevantes: 1988 - Inaugurado o Centro Cirúrgico; 1990 - Início de internações clínicas e cirúrgicas no P.S. com uma ala de enfermaria; 1995 - Inauguradas as primeiras enfermarias e o Centro Obstétrico; 2004 e 2005 - Inauguradas as enfermarias clínica cirúrgica III e IV, 25/Julho/2006 - Início da Gestão SPDM; 2006 - Entrega do Prédio de Ambulatório, Anexo Administrativo e Antiterito; 2008 - Entrega do Prédio de Pronto Atendimento; 2013 - Entrega UTI Adulto e Expansão da Cabine Primária; 2013 - Entrega da Sala Vermelha - 05 leitos; 2014 - Entrega da nova UTI Neonatal e UICINCO; 2015 - Ampliação do número de leitos com a inclusão da mais uma enfermaria de 41 leitos; 2016 - Inauguração do Ambulatório da Mulher; 2017 - Conclusão da entrega do setor de imagem reformado, com duas salas de raios-x fixo e duas salas de tomografia. Localização: O HMJCF está localizado no Município de São José dos Campos, podendo este, ser considerado como a Capital do Vale do Paraíba. Características de São José dos Campos: • População estimada de 703.219 habitantes (IBGE, 2017). • Taxa de urbanização (2010): 65,4%; • IDH: 0,807; • Taxa mortalidade infantil: 12,28 (por mil nascidos vivos - 2014); • Orçamento Municipal (2018): R\$ 2.343.000.000,00 (Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA 2018 - PL 386/17). Além de usuários do Município de São José dos Campos, atende usuários de municípios vizinhos pactuados (Monteiro Lobato e Paraíba). 1. - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, inciso VI alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 2. - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil. Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC Nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.300/11 (NBC ITG 2002) e Resolução CFC Nº 1.374/11 que deu nova redação às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil. Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC Nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.2 - Nome Empresarial da Unidade, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio - Rua Saigiro Namura, 800 - Vila Industrial, São José dos Campos - SP, CEP: 12.220-280, CNPJ nº 61.699.567/0012-45. 3. - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os			Resultado do Exercício	0,00	0,00	Despesas Operacionais com Restrições (Nota 5.4)	31.587.214,82
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	325.487.180,82	152.047.814,70	Patrimônio Líquido	325.487.180,82	152.047.814,70	(-) Serviços - Pessoal Próprio	15.514.706,70
			Resultados do Exercício	0,00	0,00	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	5.437.608,14
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	325.487.180,82	152.047.814,70	(-) Manutenção e Conservação	780.586,12
						(-) Mercadorias	688.589,87
						(-) Financeiras	134.698,40
						(-) Tributos	31.432,50
						(-) Outras Despesas	1.189.175,02
						(-) Isenção usufruída - INSS	
						Serviços Próprios (nota 5.5.1)	2.683.039,40
						(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 5.5.3)	5.098.402,22
						(-) Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	8.706,45
						(-) Superávit do Exercício com Restrições (Nota 5.6)	0,00
						Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
						Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
						Descrição	2017
						Fluxos de caixa das atividades operacionais	0,00
						Resultados do exercício/período	0,00
						Ajuste nas contas patrimoniais	0,00
						Variações nos ativos e passivos	
						(Aumento) Redução em caixa a receber (173.419.833,60)	(32.260.508,14)
						(Aumento) Redução em estoques	738.085,95
						(Aumento) (Redução) em fornecedores	1.011.848,74
						(Aumento) (Redução) em contas a pagar e provisões	173.085.071,67
						(Aumento) (Redução) de Bens de Terceiros	(650.106,08)
						Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	405.066,48
						Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
						(-) Adição de Bens de Terceiros	650.106,08
						Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	650.106,08
						Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
						Empréstimos tomados	0,00
						(-) Pagamentos de empréstimos/débentures	0,00
						Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00
						Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	1.055.172,56
						No início do período	430.935,13
						No final do período	1.486.107,69
						Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado	
						Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
						Descrição	2017
						1 - Receitas	200.227.882,26
						1.1) Prestação de serviços	170.074.346,36
						1.2) Outras Receitas (-) Receitas	
						Anúncios dos Exercícios Anteriores	191.649,03
						1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	29.961.886,87
						2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	62.383.071,34
						2.1) Matérias-primas consumidas	0,00
						2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	20.602.048,28
						2.3) Serviço de terceiros e outros	41.192.667,66
						2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	514.717,57
						2.5) Outros	73.873,83
						3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	137.844.810,92
						4 - Retenções	0,00
						5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	137.844.810,92
						6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	75.081,06
						6.1) Receitas financeiras	75.081,06
						7 - Valor Adicionado Total (5+6)	137.919.891,98
						8 - Distribuição do Valor Adicionado	137.919.891,98
						8.1) Pessoal e encargos	101.757.885,64
						8.2) Impostos, taxas e contribuições	32.054,26
						8.3) Juros	61.060,57
						8.4) Aluguéis	6.107.004,00
						8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	29.961.886,87
						8.6) Déficit (-) Superávit do Exercício	0,00
						benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão contar o total de pagamento do mês posterior, são valores referentes à vale transporte, vale alimentação e refeição. 3.3 - Despesas Pagas Antecipadamente: Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro de vida. Para atendimento das necessidades de saúde dos colaboradores, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventos sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contabilidade de Continuidade. Os va-	

continuação - Bens segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 3.6 - **Estoque:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total estruturado em estoques no exercício de 2017 é de R\$ 1.376.687,67 (Hum milhão, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2017.

Descrição	Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
Imobilizado - Bens de Terceiros				
Bens Móveis				
Aparatos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório	17.978.815,99	514.717,17	19,50	18.494.512,75
Equipamento Proteção/Segurança/Socorro	10.375.799,92	213.297,86	0,00	10.589.097,78
Equipamento Processamento de Dados	81.657,11	0,00	0,00	81.657,11
Móveis em Geral	1.475.992,76	780,00	0,00	1.476.772,76
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	2.986.759,09	145.856,84	19,50	3.132.596,43
Veículos de Tracção Mecânica	1.720.362,92	67.192,77	0,00	1.787.555,69
Aparatos de Medição	536.575,43	0,00	0,00	536.575,43
Aparatos e Equipamentos Comunicação	276.562,17	0,00	0,00	276.562,17
Aparatos e Utensílios Domésticos	116.215,26	55.922,70	0,00	172.137,96
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	234.199,18	0,00	0,00	234.199,18
Máquinas e Utensílios de Escritório	109.279,48	0,00	0,00	109.279,48
Software	18.011,76	0,00	0,00	18.011,76
3.7-1 - Ajuste Tempo Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.	48.400,00	31,66	0,00	80.067,00

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2017

Descrição	Posição em 31/12/2016	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais médias de Ajustes
Bens Móveis				
Aparatos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório	(11.676.335,97)	0,00	(11.676.335,97)	10
Equipamento Proteção/Segurança/Socorro	(6.626.017,20)	0,00	(6.626.017,20)	10
Equipamento Processamento de Dados	(58.532,53)	0,00	(58.532,53)	10
Móveis em Geral	(1.276.465,18)	0,00	(1.276.465,18)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(1.943.814,25)	0,00	(1.943.814,25)	10
Veículos de Tracção Mecânica	(783.698,21)	0,00	(783.698,21)	10
Aparatos de Medição	(536.575,43)	0,00	(536.575,43)	20
Aparatos e Equipamentos Comunicação	(276.540,98)	0,00	(276.540,98)	10
Aparatos e Utensílios Domésticos	(43.770,72)	0,00	(43.770,72)	10
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(164.223,05)	0,00	(164.223,05)	10
Máquinas e Utensílios de Escritório	(43.603,38)	0,00	(43.603,38)	10
Software	(17.448,42)	0,00	(17.448,42)	10
	(5.646,62)	0,00	(5.646,62)	10

3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. 3.9 - **Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. 3.10 - **Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação pelo trabalho e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.11 - **Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições. 3.12 - **Provisões:** São provisões para encargos e encargos: Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 3.14 - **Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento. 3.15 - **Obrigações Tributárias:** Consistem em obrigações do IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/INSS e demais tributos. 3.16 - **Empréstimos e Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2017 representa R\$ 258.318,31 (Duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dezito reais e trinta e um centavos). 3.17 - **Acordo Trabalhista a pagar:** Os valores dessa conta representam os valores devidos em 31.12.2017 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. 3.18 - **Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, no decorrer da atividade operacional. 3.19 - **Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e a Resolução CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. 4.1 - **Contingências Ativas:** Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não cabam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2017, possuíamos contingências ativas, no valor de R\$ 22.148,25 (Vinte e Dois Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos). 4.2 - **Contingências Passivas:** Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tantos casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para o tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 122.064.861,47 (Cento e Vinte e Dois Milhões, Sessenta e Quatro Mil, Oitocentos e Sessenta e Um Reais e Quarenta e Sete Centavos). Sendo que uma ação de direito administrativo nº TC -000461/007/14 no valor R\$ 112.693.707,22 não representará desembolso financeiro. Ainda, no exercício de suas atividades em 2017, a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio acumulou passivos resultantes das reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montan-

Posição dos Estoques

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Materiais utilizados no setor de Nutrição	86.457,31	137.977,22
Materiais utilizados no setor de Farmácia	577.329,64	577.329,64
Materiais de Almoxxarado	725.462,18	920.534,10
Materiais de Terceiros	35.476,54	126.390,35
Total	1.376.687,67	1.762.221,83

3.7 - Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros sob o título de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
17.978.815,99	514.717,17	19,50	18.494.512,75
10.375.799,92	213.297,86	0,00	10.589.097,78
81.657,11	0,00	0,00	81.657,11
1.475.992,76	780,00	0,00	1.476.772,76
2.986.759,09	145.856,84	19,50	3.132.596,43
1.720.362,92	67.192,77	0,00	1.787.555,69
536.575,43	0,00	0,00	536.575,43
276.562,17	0,00	0,00	276.562,17
116.215,26	55.922,70	0,00	172.137,96
234.199,18	0,00	0,00	234.199,18
109.279,48	0,00	0,00	109.279,48
18.011,76	0,00	0,00	18.011,76
48.400,00	31,66	0,00	80.067,00

Posição em 31/12/2016	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais médias de Ajustes
(11.676.335,97)	0,00	(11.676.335,97)	10
(6.626.017,20)	0,00	(6.626.017,20)	10
(58.532,53)	0,00	(58.532,53)	10
(1.276.465,18)	0,00	(1.276.465,18)	10
(1.943.814,25)	0,00	(1.943.814,25)	10
(783.698,21)	0,00	(783.698,21)	10
(536.575,43)	0,00	(536.575,43)	20
(276.540,98)	0,00	(276.540,98)	10
(43.770,72)	0,00	(43.770,72)	10
(164.223,05)	0,00	(164.223,05)	10
(43.603,38)	0,00	(43.603,38)	10
(17.448,42)	0,00	(17.448,42)	10
(5.646,62)	0,00	(5.646,62)	10

to chegou a R\$ 12.759.466,45 (Doze Milhões, Setecentos e Cinquenta e Nove Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta e Cinco Centavos). 4.3 - **Materiais de terceiros em nosso poder:** Os bens registrados nestas contas pertencem à Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos, tendo em vista que foram adquiridas com os recursos advindos dos Planos de Trabalho e Convênios firmados com aquele órgão público. Sendo que os bens adquiridos estão alocados nas unidades, utilizados em atendimentos médicos e de saúde, em cumprimento ao objetivo social da Entidade. Com o objetivo de demonstrar que os bens estão sob responsabilidade da Unidade Gerenciada, amparado por termo de permissão de uso de bens móveis, esses valores são registrados em contas de ativos, com base nos dados informados nos contratos de gestão. 4.4 - **Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos posteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecido nas Resoluções 1305/10(R1) e 1409/12 (R1), no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição oriundos dos contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R1 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, e contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. 4.5 - **Auração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10-R1 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a auração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. 4.6 - **Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, os quais são estabelecidos com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os valores são determinados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 5 - **Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvênções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 5.1 - **Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre observando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. 5.2 - **Ajuste Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, não foram realizados ajustes no exercício de 2017. 5.3 - **Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades operacionais. No exercício de 2017 a instituição recebeu em doações um total de R\$ 57.325,02 (Cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais e dois centavos), enquanto que em 2016 foi de R\$ 64.185,03 (Sessenta e Quatro Mil, Cento e Oitenta e Cinco Reais e Três Centavos). 5.4 - **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição, sendo a agregação e classificação de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas e classificadas de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. 5.5 - **Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à Portaria 834/2016 do Ministério da Saúde, a instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAUDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01 MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de Agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-003623/2018-01. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regula-

menta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face da Lei 12.101/2009, a área de atuação preponderante da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado da Entidade (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos, 5.5.1 - **Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em 2017em conta específica montada em R\$ 22.527.373,26 (Vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos). Em 2016, a referência isenção, que também se encontra registrada em conta específica de recolta, totalizou R\$ 21.589.967,38 (Vinte e Um Milhões, Quinhentos e Oitenta e Nove Mil, Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos). 5.5.2 - **Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de recolta, sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 2.336.111,39 (Dois Milhões, trezentos e trinta e seis mil, cento e onze reais e trinta e nove centavos). Em 2016 o referido valor de recolta totalizou R\$ 2.079.787,21 (Dois Milhões, Setenta e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e Um Centavos). 5.5.3 - **Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2017 foi de R\$ 5.098.402,22 (Cinco milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e dois reais e vinte e dois centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 4.871.790,78 (Quatro Milhões, Oitocentos e Setenta e Um Mil, Setecentos e Novecentos e Setenta e Oito Centavos). 5.5.4 - **Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário, desde que não conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntário. Em 2017, esses valores representaram R\$ 127.604,67, enquanto em 2016 o montante foi de R\$ 104.181,02 (Cento e quatro mil, cento e oitenta e um reais e dois centavos). 5.6 - **Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas contra Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistematizadas. Em 2017, a instituição apresentou um montante de R\$ 165.987.010,31 (Cento e Sessenta e Cinco Milhões, Novecentos e Oitenta e Sete Mil, Dez Reais e Trinta e Um Centavos) e outras receitas no montante de R\$ 266.730,09 (Duzentos e Sessenta e Seis Mil, Setecentos e Trinta e Nove Centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da entidade, considerando custos e despesas operacionais no período, o resultado, apresentando um montante de R\$ 170.213.471,78 (Cento e Setenta e Seis Milhões, Duzentos e Treze Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Oito Centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 3.959.731,38 (Três Milhões, Novecentos e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Trinta e Um Reais e Trinta e Oito Centavos). Ênfase no Resultado: O resultado deficitário decorre da consignação em conta específica do passivo, denominada "valores em negociação contrato/convênio", até o final do contrato de gestão. O resultado deficitário do exercício deve-se a aumento gradual na execução do contrato com aumentos significativos de atendimentos em relação ao contratado. Nesse exercício a FIPE Saúde fechou com uma inflação acumulada do ano de 11,26% acarretando aumento nos materiais e nos serviços. Também colaborou para o resultado deficitário a provisão do resultado de contrato prevista no contrato gestão 265/2017 clausula Nova Segunda, no exercício de 2017 foi contabilizado o valor de R\$ 3.172.534,62. 5.7 - **Auxílios, Subvênções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistenções Governamentais adota a Resolução CFC Nº 1.305/10 (R1) na qual uma Assistência Governamental é caracterizada como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistematizada, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2017, a Associação recebeu Assistenções Governamentais Municipais no valor de R\$ 165.987.010,31. 6 - **Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIAH). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos e ela vinculados. Em 2017, a entidade apresentou os seguintes dados de produção:

Produção - 2017	SUS
Linha de Atendimento	
Internações	21.410
Saída Hospitalar	214.286
Atendimento de emergência	8.497
Nº de Cirurgias	3.857
Nº de Partos	20.287
Diagnóstico de UTI - Total	
Internação/Atendimento Domiciliar	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	
Consulta/Atendimento de urgência (PS/PA)	264.409
Atendimento Ambulatorial - Total	
Consulta médica	90.361
Atendimento não médico	1.622
HD/Cirurgia ambulatorial	950
Laboratório	687.766
SADT - Total	874.733
7 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: A unidade da SPDM - Hospital Municipal José de Carvalho Florencio, apresentou o seguinte relatório de execução em 2017:	

continua

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2017						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2017	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)						
Nº Total de						
AH (SIH/SUS)	9.600	10.577	9.600	10.831	19.200	20.958
Atendimento de Urgência Total (PS)	115.512	136.641	116.502	127.768	232.014	264.409
Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (d/a)						
Consulta Médica em Atenção Especializada	36.996	45.092	46.616	46.652	83.612	91.744
Atendimentos Não Médicos	-	11.735	-	12.345	-	24.081
Consultas Não Médicas	-	8.679	-	9.567	-	18.246
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	8.415	6.801	2.843	6.781	11.258	13.582

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades de auditoria obedecem às mesmas normas, as quais são descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações con-**

...continuação						
SADT [Ext-Int] - Total (d/a)	1º Semestre		2º Semestre		Total 2017	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
Exames Complementares	16.750	435.775	166.470	434.198	329.220	869.973
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	10.662	7.365	6.223	7.080	16.885	14.445
8 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12)						
Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontada às taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas de juros em períodos de tempo mais curtos. Acionistas e passivos não-circulantes que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveramos a seguir, as seguintes situa-						

táveis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade das demonstrações contábeis. Os objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções das demonstrações contábeis. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

ções que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida o ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, sendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido a que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de recalculos; • Operações contratuais, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente; 9 - Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Continuidade da Continuidade, 10 - Exercício NBC TG 30, conforme estabelecido o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2017

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da S.P.D.M.
Dr. Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico
Jose Roberto da Mota - Contador - CRC-ISP 252.369/0-7

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Auditor Autorizados Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-1, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RJ 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/O4, Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.**

Uzinas Químicas Brasileiras S/A

CNPJ nº 06.940.674/0001-47

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial					Demonstração do Resultado Abrangente				
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Circulante	20.942.615	19.229.321	44.606.957	37.306.791	Circulante	21.194.709	19.065.112	38.936.774	34.008.858
Caixa e equivalentes de caixa	53.471	9.003	2.346.409	1.455.742	Emprestimos e financiamentos	11.480.233	9.632.899	24.949.982	20.566.574
Contas a receber	5.175.518	3.435.066	28.017.028	23.938.195	Fornecedores	4.162.614	4.246.063	4.721.113	4.623.514
Estoques	11.482.812	10.072.904	11.822.045	10.129.181	Salários e encargos sociais a pagar	1.419.592	1.216.367	1.672.157	1.530.508
Adiantamentos	752.415	345.398	831.737	495.479	Impostos e contribuições a recolher	965.351	782.339	2.475.054	2.238.586
Impostos e contribuições a recuperar	1.457.315	1.178.931	1.511.161	1.213.813	Dividendos a pagar	1.170.336	856.613	1.409.878	947.946
Dividendos a receber	1.981.697	4.155.102	-	-	Provisão de férias e encargos sociais	1.306.968	1.122.797	1.520.463	1.354.214
Outros créditos	39.387	32.917	78.577	74.381	Outras contas a pagar	689.615	1.208.034	2.188.127	2.747.516
Não circulante	50.810.092	51.063.780	51.338.076	52.050.922	Não circulante	15.381.678	16.664.128	21.821.939	20.774.994
Outros créditos	181.636	145.388	188.304	145.388	Emprestimos e financiamentos	11.011.468	12.162.261	17.218.871	16.040.270
Impostos Diferidos	4.164.906	4.428.018	4.164.906	4.428.018	Impostos Diferidos	4.164.906	4.428.018	4.164.906	4.428.018
Investimentos	5.316.332	4.970.027	4.778.582	4.480.827	Impostos e contribuições a recolher	-	4.066	232.858	236.923
Imobilizado	35.705.993	37.657.714	36.765.059	39.134.656	Outras contas a pagar	17.765	-	17.765	-
Intangível	5.441.225	3.862.033	5.441.225	3.862.033	Provisão para contingências	187.539	69.783	187.539	69.783
Total do ativo	71.752.707	70.293.101	95.945.033	89.357.713	Patrimônio líquido	35.176.320	34.563.861	35.176.320	34.573.861
Demonstração do Resultado					Capital social	12.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000
					Reserva legal	1.750.043	1.618.306	1.750.043	1.618.306
					Reserva de lucros	12.381.362	11.390.253	12.381.362	11.390.253
					Outros resultados abrangentes	8.084.817	8.595.564	8.084.817	8.595.564
					Participação de sócios minoritários	959.738	959.738	959.738	959.738
					Total do passivo e patrimônio líquido	35.176.320	34.563.861	35.176.320	34.563.861
					Atribuição à:				
					Participação de sócios controladores				
					Participação de sócios minoritários				
					Lucro líquido por quota de capital social (em R\$)				
					0,51				
					0,47				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
					Participação de sócios não controladores				
</									